



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Borges

"Poder Legislativo, o suporte da Democracia"

MOÇÃO DE REPÚDIO nº 002/2024, de 10 de abril de 2024.

Os Vereadores do Poder Legislativo Municipal de Campos Borges/RS, vem nos termos regimentais conforme art. 114, inciso III do Regimento Interno, postular que seja deliberada em discussão e votação a seguinte:

LIDO
Dia: 15/04/2024
Ass.: Presidente

Manifestação de repúdio ao Executivo Estadual do Rio Grande do Sul pela retirada por decreto do benefício fiscal de 64 setores da economia gaúcha, dentre os quais 21 setores podem ter todos os seus créditos e benefícios tributários zerados, e aumentando o preço de 21 produtos que compõem a cesta básica.

APROVADO
Em: 15/04/2024
Presidente

Considerando que o desempenho da economia gaúcha, já abaixo da média nacional, fechou 2023 como o pior do Brasil, conforme o Índice de Atividade Econômica Regional do Rio Grande do Sul (IBCRRS), calculado pelo Banco Central, alcançando apenas 2,1% em 2023, contra 2,4% na média nacional.

Considerando que a produção industrial do RS caiu 4,7% no ano passado, conforme os indicadores setoriais calculados pelo IBGE.

Considerando que, até o momento, o governo de Eduardo Leite, em seu sexto ano, não apresentou uma política de desenvolvimento econômico para o Rio Grande do Sul, limitando-se a lançar mão da venda de patrimônio e ao aumento de impostos, soluções de curto prazo reconhecidas como insuficientes pela própria secretária da Fazenda.

Considerando a baixa execução de investimentos públicos e a incapacidade do estado de reagir adequadamente aos efeitos da mudança climática, que levaram o Rio Grande do Sul a registrar o terceiro pior resultado da economia brasileira em 2023, evidenciando que o aumento do ICMS e a remoção de benefícios fiscais, sem uma política de desenvolvimento, não resolvem a crise financeira do estado.

Considerando que, no Paraná e em Santa Catarina, existem agências de desenvolvimento e que as entidades empresariais e centrais sindicais estabelecem uma mesa de negociação que permite o aumento anual do piso regional, com ganho real, e que fizeram com que SC e PR crescessem mais do que o RS, conforme dados do IBGE.

Os decretos de Eduardo Leite aumentam o preço dos alimentos de 21 itens da Cesta Básica, prejudicando 64 setores da economia gaúcha, dos quais 21 podem ter todos os seus créditos e benefícios tributários zerados.

Considerando que as estiagens prejudicaram o desempenho da economia gaúcha (problema também registrado em governos anteriores, inclusive no Governo Tarso, período em que o Rio Grande do Sul mais cresceu), fator que já impacta no preço dos alimentos. A cesta básica do RS, uma das mais caras do Brasil, ficará ainda mais onerosa com os decretos de aumento do ICMS pelo governador Eduardo Leite.

É preciso que fique explícito para que a população compreenda que o Poder Executivo Estadual pretendia aumentar as alíquotas do ICMS por meio do Projeto de Lei 534/2023, mas não obteve apoio.

Av. Maurício Cardoso, nº 389 - Centro - CEP 99.435-000

Fone: (54)3326-1152/1088 - E-mail: camara@camaracamposborges.rs.gov.br

www.camaracamposborges.rs.gov.br




Antes de retirar o referido Projeto de Lei, o governo publicou três decretos que reduzem incentivos fiscais, configurando uma forma indireta, mas pública, de ameaça.

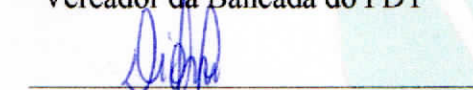
A cesta básica do RS, uma das mais caras do Brasil, vai encarecer ainda mais com os decretos de aumento do ICMS pelo governador Eduardo Leite. Segundo a Nota Fiscal Gaúcha, o açúcar que hoje custa R\$ 3,57 deve subir para R\$ 3,77, e o arroz, de R\$ 3,75 para R\$ 3,96, ambos representando um aumento de 5,7%. Produtos como o tomate e o pão, que atualmente têm preços de R\$ 6,99 e R\$ 3,60, respectivamente, terão salto para R\$ 7,94 e R\$ 4,09, um aumento que ultrapassa a marca dos 13%. Portanto o aumento de impostos é uma ação desumana em um estado que tem mais de dois milhões de habitantes que estão em situação de insegurança alimentar.


O impacto previsto nos preços para o consumidor é de 13,6% de aumento nas hortaliças, ovos e pão, 8,4% na erva-mate e 5,7% nos demais produtos, afetando especialmente a população de baixa renda, segundo o IBGE.


Por todo o contexto e argumentos citados, apresentamos esta Manifestação de Repúdio ao Executivo Estadual do Rio Grande do Sul pela supressão, por decreto, do benefício fiscal de 64 setores da economia gaúcha, dos quais 21 podem ter todos os seus créditos e benefícios tributários zerados, e pelo aumento no preço de 21 produtos que compõem a Cesta Básica. Solicitamos o envio de cópia da presente Moção de Repúdio ao Sr. Governador Eduardo Leite e ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Adolfo Brito.

Campos Borges/RS, 10 de abril de 2024.

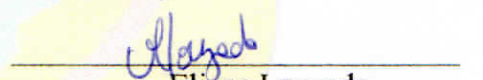

Gilnei Guerreiro - Presidente
Vereador da Bancada do PDT

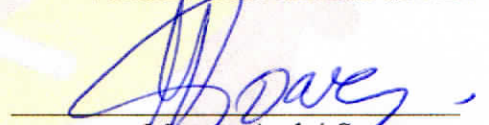

Dioni Junior Ribeiro
Vereador da Bancada do MDB



Simoni Soares de Souza
Vereador da Bancada do PDT

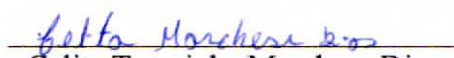

Moacir Rodrigues da Silva
Vereador da Bancada do PDT


Volmir Toledo de Souza
Vereadora da Bancada do PDT


Eliane Louzado
Vereadora da Bancada do PDT


Marcos André Soares
Vereador da Bancada do PL


Cristina Soares Moraes
Vereador da Bancada do PDT


Celita Terezinha Marchese Dias
Vereadora da Bancada do MDB